Escavando paradigmas. Princípios de "Estratigrafia Bibliográfica"

José Ramiro Pimenta*

Resumo

O modelo matrix Harris é um conhecido modelo estrutural de descrição da estratigrafia de uma jazida arqueológica. A questão essencial levantada neste trabalho é a seguinte: não será possível construir uma replicação deste modelo que possa descrever as relações estruturais da bibliografia de uma disciplina? Pensamos que as duas situações têm, ao nível estrutural, uma similitude que de facto permite importar para um novo contexto – bibliográfico – o modelo de descrição de estratigrafia arqueológica de Edward C. Harris.

Abstract

The Harris' matrix is a well known model for describing an archaeological site stratigraphic sequence. In this paper we propose to apply that methodology, in order to explicate and describe the structural relationships that constitute the bibliography of a given discipline.
Archaeological stratigraphy and bibliographical quotation seem to have some common attributes, at the structural level. Therefore, we propose to replicate in a new context – bibliographical – the principles of archaeological stratigraphy enunciated by Edward C. Harris.

* Doutorando na especialidade de Pré-História e História da Antiguidade da Universidade do Minho.

O Arqueólogo Português, Série IV, 11/12, 1993-1994, p. 353-365.

«A ideia de que os componentes de uma jazida arqueológica se encontram num estado estratificado – um estrato ou um elemento em cima de outro – é de importância primordial para a sua escavação arqueológica»
Harris, E. C.

1. Para uma história da arqueologia em Portugal

O tema central deste trabalho será o da "evolução do pensamento arqueológico em Portugal" e do modo de o levar a cabo através da "pesquisa integrada de exemplares".

Em outro lugar procedemos já à análise do conceito "paradigma", bem como procedemos à caracterização da sua natureza "artefactual" dentro da matriz disciplinar (Pimenta, 1997); escreveu-se então sobre aquilo que fundamentalmente nos permite caracterizar um exemplar:

«...constitui o momento mais imperturbado da marcha teórica no seio de um programa de investigação; ele consiste numa teoria coisificada, concretizada, que encerra no seu modo de funcionamento (que o exige inteiro, e é por isso pouco criticado) o modo da sua criação (...); [são] as soluções concretas de quebra-cabeças que, empregadas como modelos ou exemplos, podem substituir regras explícitas como base para a solução dos *restantes* [s.n.] quebra-cabeças da ciência normal». Os atributos do exemplar então enunciados servem de identificadores no momento da sua detecção, e são os seguintes: a) replicação – a propriedade replicadora do exemplar foca a atenção sobretudo nos mecanismos técnicos e instrumentais de repetição. É o "truque técnico inicial" de que fala Margaret Masterman e que induz, a par da sua aparente simplicidade, um modo de fazer (o artefacto) que é também um modo de ver (a realidade); b) analogia – o modo de ver a realidade tem a sua origem numa analogia. Essa analogia pode ter origem numa tradução semântica mais ou menos óbvia; em princípio, quanto menos óbvia for essa tradução mais impacto terá o exemplar no momento da sua apresentação, causando um efeito de reconhecimento de uma verdade "que estava ali" e que se mostra inteira de uma vez; c) inovação – este "reconhecimento inteiro" da nova situação semântica insinuada num contexto

que até esse momento não a reconhecia traduz-se, ao nível psicológico, na aceitação da tradução e na aceitação do contexto. São inseparáveis e é justamente essa nova relação inovadora que permite aos investigadores aglutinarem-se ao redor de este novo programa de pesquisa.

Este é o ponto da situação tal como o havíamos deixado no momento em que apresentámos aquele texto. Contudo, o problema agora é outro: a fazer fé na modalidade construída da "ciência normal" através da partilha de exemplares, como identificar esses exemplares nos textos dos investigadores da arqueologia portuguesa? Dito de um modo simplificado: a que tipo de análise se pode submeter a obra feita e que se vai fazendo no seio da disciplina da arqueologia em Portugal?

Percorrer toda a história da disciplina desde o seu aparecimento em meados do séc. XIX até aos dias de hoje é um empreendimento de uma vastidão considerável. Pretende-se levá-lo a cabo tendo em atenção algumas premissas que tornem a análise de conteúdo senão completa pelo menos não enviesada; é nossa intenção construir um método de recolha de exemplares a partir das obras de arqueologia portuguesa que não privilegie qualquer autor ou obra em particular – um método independente de tudo "a não ser" de si próprio, independência essa que continua a ser a maior contribuição do conhecimento científico entre todas as outras abordagens gnosiológicas postas à disposição do homem. Dentro desse espírito, tentar-se-á levar a cabo uma identificação de exemplares que, numa primeira fase da pesquisa, depende igualmente da sua natureza e dos seus efeitos sociológicos: usando uma analogia arqueológica, o que aqui se pretende é enunciar e justificar as regras de determinação de uma "sequência estratigráfica das camadas" (sucessão dos conjuntos autor-obra na disciplina) fazendo uso não só das suas relações imanentes (estratigrafia) mas também dos "artefactos" (exemplares) que estão nelas contidos. Tal como na arqueologia, far-se-á uso dessa informação para se proceder a uma posterior autocorrelação do sistema.

2. **Pesquisa bibliográfica de exemplares**

A analogia da escavação arqueológica percorre inteiramente este modelo de análise de conteúdo bibliográfica. A ideia de "escavar paradigmas", isto é, de aplicar ao estudo das relações de troca e criação de exemplares na bibliografia da disciplina as regras da estratigrafia aplicadas na escavação arqueológica, teve origem na leitura da obra de Edward C. Harris, *Principles of Archaeological Stratigraphy* (1989)[1]. Nesta obra, o autor apresenta uma metodologia universal descritora e ilustradora das relações entre os vários elementos de uma jazida arqueológica; de aplicação universal, esta metodologia (a matrix Harris) tem cariz estrutural (no sentido em que o faz a análise formal ao destacar uma gramática generativa num fenómeno paralinguístico), e é sobretudo vantajosa quando trata com grandes quantidades de elementos de informação, como é o

[1] Foi utilizada a verssão castelhana, *Principios de estratigrafia Arqueológica* (1991), da Editorial Crítica (Barcelona).

caso de uma análise bibliográfica de uma disciplina ao longo de mais de um século de história.

A capacidade de ordenação e de descrição de uma realidade complexa, como são os paradigmas historicamente definidos, através de critérios imanentes torna a análise muitíssimo sedutora – diríamos que será mesmo das mais adequadas; quando, em momento anterior, nos referimos à relação de transformação de "exemplar" em "paradigma", ou seja, à adopção sociológica de um exemplo concreto de ciência construída, deixamos claro que poderia haver alguma circularidade na definição dos dois termos em confronto. É aqui que o modelo matrix Harris nos garante uma característica importante: ao destacar uma relação estrutural entre os autores sem recurso exclusivo aos exemplares partilhados (construída pela rede de citações entre eles definida), esta metodologia permite a criação de um travejamento inicial que revela os agrupamentos mais gerais e de que o preenchimento se poderá fazer *a posteriori* pela extensa caracterização de cada um dos exemplares partilhados.

Como em todas as analogias, a matrix Harris, ao ser replicada, perde algumas das suas características e propriedades, respeitando porém aquelas que justamente lhe permitem uma tradução num novo contexto[2], sendo a mais importante de todas a redução das relações entre investigadores; estas são relações extensas no seu conjunto, excluem qualquer outra relação além da reunião delas todas, e excluem-se umas às outras, isto é, não podem tomar um valor que seja comum a quaisquer duas delas.

3. **Rede de citações**

Todas as obras susceptíveis de se constituírem como fontes primárias da história da disciplina da arqueologia em Portugal são consideradas como uma "jazida" com deposições bibliográficas com referências explícitas a outros autores, portugueses ou estrangeiros. Estas referências bibliográficas configuram núcleos temáticos separados por descontinuidades que eles próprios deixam adivinhar. Tais descontinuidades formam então "camadas" individuais, constituintes mais finos da "jazida", realidades operatórias que apresentarão, espera-se, uma relação de preenchimento com as realidades substantivas que são os "exemplares".

Para garantir a este processo de agrupamento bibliográfico alguma esperança de sucesso no momento de identificação dos exemplares, deve a metodologia utilizada explicitar cuidadosamente as regras do seu modo de funcionamento; estas regras têm a capacidade de permitir ao investigador da história da disciplina recuperar pelas citações posteriores todos os que viram assegurado o sucesso do seu trabalho pelas gerações que se lhes seguiram – por isso falamos neste texto de "escavação de paradigmas"[3]; cada obra posterior carrega no seu

[2] Não deixa de ser curioso constatar que o uso mesmo desta analogia pode configurar um exemplar, realidade de que a caracterização geral é justamente o objectivo desta metodologia. Consiste esta analogia metodológica, poderia dizer-se, em um *exemplar de identificação de exemplares*.

[3] Este "evolucionismo" bibliográfico pode ser discutível enquanto referência; não o é decerto enquanto pragmática.

discurso teórico os exemplares caucionados em cada momento histórico a que pertence; como na escavação arqueológica, o "lugar exacto" de cada obra, ou de cada exemplar nele incluído, define-se quer pela posição que escolhe entre os que cita quer pela posição escolhida entre aqueles por quem é citado. A determinação do "lugar exacto" de cada obra na sequência centenária da disciplina só é possível se se tiver em consideração as regras seguintes:

Regra da citação:

Esta regra é fundamental no sentido de permitir o estabelecimento de uma sequência bibliográfica como aquela que pretendemos construir; a determinação dessa sequência ficaria muito limitada, senão impossibilitada, sem não se postulasse a consideração logicamente anterior de que "todos os investigadores citam as obras que usarem como fontes"; esta preocupação é de natureza estritamente lógica, pois estes procedimentos são característicos de toda a actividade científica normal, e que nesse respeito deontológico precisamente reside. A regra da citação poderia então enunciar-se da seguinte forma: sempre que um autor, numa determinada obra, cita um outro investigador, então, no contexto do exemplar citado, o primeiro autor é posterior ao segundo. De um modo simples, poderia dizer-se, o que é plenamente óbvio, que quem cita é posterior a quem é citado. Esta regra apresenta algumas características importantes: em primeiro lugar, uma citação não implica que um investigador partilhe directamente o programa de investigação de um outro, podendo haver um sem número de outros investigadores que fazem a ligação entre os dois; em segundo lugar, não implica igualmente que uma obra mais antiga seja "estratigraficamente" anterior a uma obra mais recente, podendo esta ignorar aquela e assim não manter qualquer relação estratigraficamente relevante. Por fim, podemos considerar que assistimos ao momento de criação ou importação (quando a rede de citações se estender exclusivamente com autores estrangeiros) de um exemplar, momento de inovação paradigmática dentro de um programa de investigação, quando, numa situação de apresentação de uma construção teórica, não existam referências bibliográficas relevantes Esse momento, de inegável importância na descrição da evolução do pensamento teórico da disciplina, constitui aquilo que na analogia arqueológica que vimos a utilizar é definido por um elemento sem ligação natural aos estratos que o seguem cronologicamente – diríamos um "buraco de poste" ou qualquer outro elemento interfacial.

Regra da sequência bibliográfica:

A construção teórica exemplar presente numa determinada obra de um investigador define o seu "lugar exacto", na sequência bibliográfica de uma disciplina, entre a referência mais antiga que a cita e a referência mais recente que por ele é citada – sendo redundante qualquer outra relação de citação.

A ilustração digramática da redução da redundância entre grupos de citações é facilmente visualizável numa espécie de *matrix Harris* em que os elementos se constituem, dentro de cada área temática (não podemos desde logo chamar exemplar a esta área temática, embora seja provável que assim venha a constituir-se no fim da análise), como uma "etiqueta" autor-data que o identifica na sequência final. Dentro desta matriz podem considerar-se três e só três relações entre duas "etiquetas" diferentes, tais como se ilustram na fig. 1.

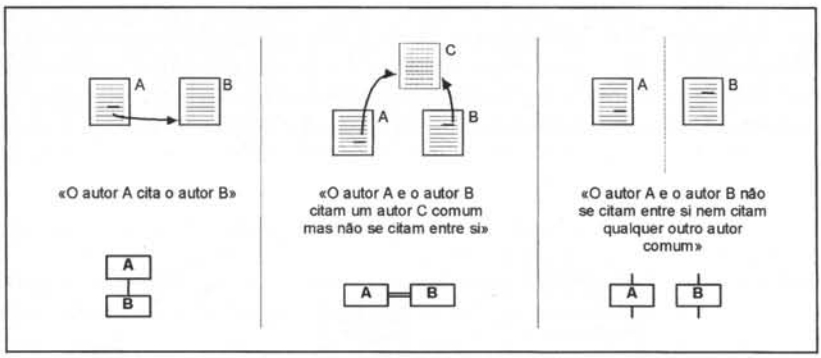

Fig. 1 – Relações "estratigráficas" entre autores.

É missão do historiador de ciência recolher todos os elementos de ligação entre os textos produzidos na disciplina de modo a destacar as linhas de força que presidiram à sua construção – é uma ilustração da ordem de apresentação dos exemplares na história da disciplina através do tempo. A vantagem deste tipo de algebrização é a de poder retirar todas as relações supérfluas entre as citações, destacando uma estrutura essencial não cumulada que reproduz o trajecto de apresentação na disciplina das inovações metodológicas. Para se reproduzir essa trave-mestra bibliográfica deve-se situar as citações em sequência relativa, isto é, eliminando todas as citações mediatizadas por outras citações; dentro de cada área temática, considera-se como supérflua uma citação de C por A se A cita B e este, por sua vez, cita C.

A primeira fase, aqui descrita como "estratigráfica", tem como objectivo a explicitação de uma máscara de identificação de agrupamentos de autores e de temas, isto é, de paradigmas. Dentro destes agrupamentos de autores e temas, pensamos ser possível identificar exemplos partilhados de aplicação teórica – os exemplares. A identificação dos agrupamentos de autores (paradigmas, ou como chamaremos à frente, semi-paradigmas sociológicos) e dos agrupamentos de exemplares (a que chamaremos semi-paradigmas teóricos) é feita a partir de duas actividades analíticas complementares: a já referida sobreposição estratigráfica e a identificação por sinédoque de um paradigma com um exemplar. Em suma, a descrição e a interpretação da evolução do pensamento arqueológico em Portugal serão feitas por referência quer aos paradigmas (no sentido de exemplares partilhados) quer à relação que eles mantêm com uma mais vasta "visão do mundo" e da história que se poderá vir a integrar nos movimentos ideológicos mais importantes que têm, ao longo deste mais de cem anos, conformado prática e o discurso científicos.

Se fosse possível apresentar de uma forma visualmente concreta toda a construção algébrica resultante da aplicação deste modelo de análise aos textos produzidos na disciplina da arqueologia, facilmente se reconheceriam dois elementos distintos: as "secções" e as "plantas" (fig. 2).

A "secção" reproduz, ao longo do tempo, a cadeia integrada de exemplares que foram sendo usados para descrever ou interpretar uma determinada parte

do fenómeno arqueológico; uma "secção", neste caso, põe em destaque a evolução, de continuidade ou de ruptura, de uma problemática específica da disciplina. Focando a atenção prioritariamente no esquema evolutivo dos exemplares tomados individualmente, esta visão diacrónica da história da disciplina perde, como é natural, alguma visão panorâmica em cada momento histórico concreto.

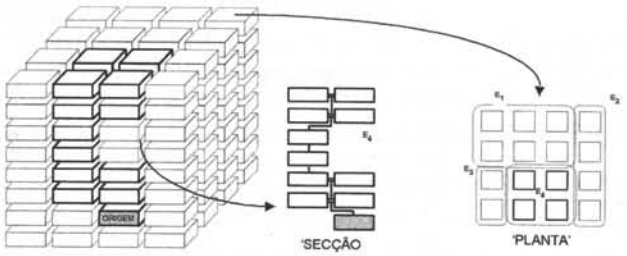

Fig. 2 – "Secções" e "Plantas" bibliográficas.

A "planta", tal como o seu original de replicação, põe em destaque a visão panorâmica do espaço disciplinar num determinado momento; se se perde a noção evolutiva das criações múltiplas que dão origem aos exemplares, temos uma visão sincrónica dos exemplares coetâneos, associados estes em grupos "regionais" de filiação ideológica diversa. Quando aproveitando descontinuidades importantes do trajecto evolutivo dos exemplares, pode tornar nítido esses momentos raros da ciência em que a substituição revolucionária percorre todas as instâncias do estudo do social arqueológico – algo como um *mapa-mundi* do séc. XVI...

Agora é o momento de perguntar – que fazer com esta estrutura algebrizada final? Quais as questões concretas que a partir dela se podem levantar sobre a evolução do pensamento arqueológico ao longo do tempo? Tentar-se-á responder a estas pertinentes perguntas através da criação de um cenário simplificado, um ensaio que permita destacar o carácter heurístico deste modelo.

4. **Estudo de um caso concreto: a arqueologia espacial**

O exemplo concreto que aqui vamos utilizar como "ensaio" do modelo de estratigrafia bibliográfica tem origem na consulta feita no contexto da nossa dissertação de mestrado[4]. Mais se diria que foi justamente a dificuldade em encontrar uma regra de demarcação nítida entre o que se podia ou não podia integrar como "exemplar geográfico" que nos levou a considerar a possibilidade de construir um modelo de análise bibliográfica mais rigoroso.

[4] Trata-se do nosso trabalho "O paradigma geográfico na arqueologia portuguesa" (policopiado), Universidade do Minho, e publicado posteriormente (Pimenta, 1996).

O facto de recuperarmos neste momento essas fichas-de-trabalho, com a única intenção de ensaiarmos os elementos que contêm, faz com que a análise se apresente incompleta no que diz respeito às referências sobre o tema que existem fora do recinto estrito então utilizado, as teses de doutoramento. Ainda assim, ressalvada esta imperfeição original, pensamos que a capacidade reveladora do modelo não fica, no essencial, posta em causa.

4.1. *Exemplar: semi-paradigma teórico (agrupamentos de exemplares)*

Veja-se o gráfico da fig. 3 que representa a estrutura de citações dentro do programa específico da "arqueologia espacial".

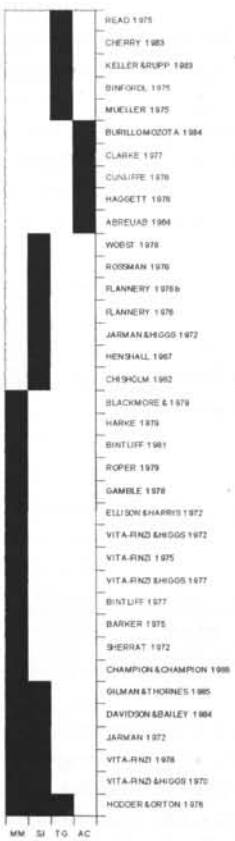

Fig. 3 – Estrutura de citação do exemplar Arqueologia Espacial. MM (Manuela Martins); SJ (Susana Jorge); TG (Teresa Gamito); AC (Armando Coelho).

Como referimos atrás, serão considerados apenas obras de um determinado tipo, teses de doutoramento, e, dentro delas, apenas o grupo coetâneo de obras

que referiram extensa e inovadoramente o programa de investigação no âmbito da "arqueologia espacial"[5].

O gráfico foi construído de modo a destacar dois tipos de informação: por um lado, agrupando por autor-obra as obras citadas, por outro lado, condensando numa das extremidades as obras citadas por um maior número de autores em comum. Desta maneira podemos identificar cada um dos programas elementares de trabalho e também o grau de partilha que esses autores têm entre si – este último procedimento poderá, em fase subsequente da análise, permitir desenhar um programa de investigação comum, um paradigma.

Voltemos pois ao gráfico.

Não é muito abundante o número de obras que são partilhadas por estes autores; Armando Coelho é mesmo totalmente descoincidente nas escolhas bibliográficas, o que leva a pensar numa incursão completamente autónoma naquilo que ele chama de «escola estruturalista de geografia humana» – refere-se à geografia humana de Cambridge, a *new geography*, pelo que deve entender-se "estruturalista" como "organização de um sistema" e não como "invariante etnológica", que é o sentido que a antropologia de Lévi-Strauss vai impor. As referências bibliográficas presentes em A. Coelho dizem sobretudo respeito a livros de referência, manuais, mais do que a obras que contenham o modelo construído dos exemplares. A partir daí constrói um exemplar espacial (ver fig. 4, adaptada de Coelho, 1986, p. 26):

Fig. 4 – Exemplar "Arqueologia Espacial" (a partir de Coelho, 1986).

É uma abordagem espacial muito simplificada, contudo plenamente legitimada pelo procedimento de verificação que constata a existência de povoados importantes nos limites definidos pelas duas isócronas, quando centradas na Citânia de Sanfins.

Em Teresa Gamito o caso é diferente. As referência bibliográficas que existem na parte do seu trabalho que diz respeito à arqueologia espacial antes se centram directamente num procedimento muito específico de autocorrelação espacial, isto é, um procedimento que busca, através de técnicas estatísticas, demonstrar a não aleatoriedade da distribuição espacial, partindo inversamente da pesquisa não intencional (por parte do investigador) dos povoados de uma região (ver fig. 5, construída a partir de Gamito, 1986): em suma, a autora parte de uma estratégia de amostragem aleatória condicionada na escolha de povoa-

[5] Foram utilizadas as obras de Coelho (1986), Gamito (1986), Jorge (1986) e Martins (1987).

dos; promove a aplicação de um método de correlação espacial; desenha os espaços políticos pertencentes a diferentes centralidades que são determinadas pela área de cada povoado.

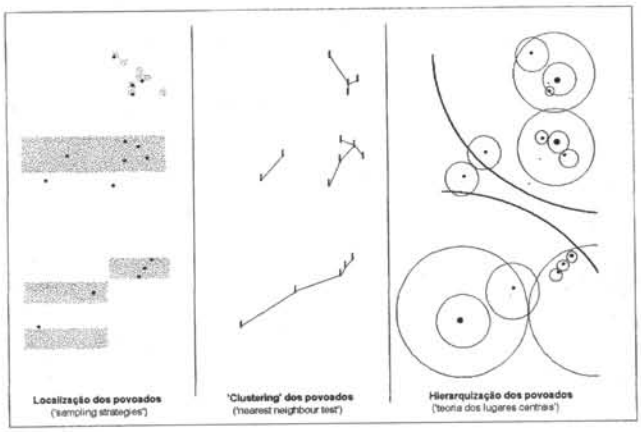

Fig. 5 – Exemplar "Arqueologia Espacial" (a partir de Gamito, 1986).

Os casos de Manuela Martins (1987) e Susana Jorge (1986) são completamente diferentes. Desde logo, pela quantidade de referências bibliográficas que as respectivas obras contêm, o que prenuncia uma maior relevância dos procedimentos da "arqueologia espacial"; porém, se atentarmos na natureza das citações veremos que os livros de referência geral (que existem, como por exemplo o livro do economista Chisholm, 1962, que veio a ser uma referência inicial e duradoura da geografia humana de Cambridge) são diluídos em artigos que contêm exemplos da actuação normal da teoria dos lugares centrais aplicados à arqueologia, nomeadamente modelos de aplicação da "site catchment analysis" – Vita Finzi, Higgs, Jarman e, mais recentemente, Davidson, Bailey, Gilman e Thornes, estes últimos mais relacionados com a aplicação do modelo fora das condições ideais em que o estudo inicial de Vita Finzi o havia colocado.

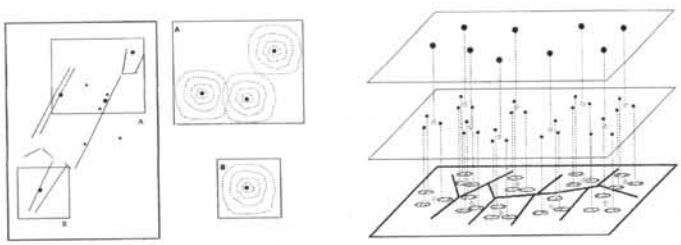

Fig. 6 – Exemplar "Arqueologia Espacial" (a partir de Jorge, 1986 e Martins, 1987).

Os procedimentos técnicos que podem ver-se na fig. 6 (adaptada das obras anteriormente referidas) têm um ar de família que imediatamente as coloca num programa de investigação comum, definem uma partilha de exemplar, configuram um paradigma. A maior "espessura" do exemplar em Manuela Martins reflecte a maior extensão informativa recuperada em povoados proto-históricos que é superior àquela que é recuperada em tempos mais remotos ou de estruturas menos "petrificadas" como é o caso do Calcolítico. Contudo, os procedimentos exemplares são semelhantes, e a "concepção da história" similar: *os nossos ancestrais detinham uma organização social elaborada cuja estruturação se pode rever inscrita na distribuição espacial e funcional dos povoados.*

4. 2. *Matriz disciplinar: semi-paradigma sociológico (agrupamentos de autores)*

Deve agora fazer-se a auto-regulação do sistema a partir da identificação de agrupamentos de autores ao redor de exemplares partilhados. Naturalmente, dada a reduzida extensão de trabalhos aqui considerados, não poderemos destacar uma matriz disciplinar muito elaborada; relembramos o carácter manifestamente ilustrativo deste exemplo; contudo, parece ser possível construir uma rede muito simples que permita visualizar de um modo concreto as relações entre estes quatro autores.

Todos os trabalhos aqui considerados são grosso modo contemporâneos; por essa razão não se citam entre si, o que diminui a possibilidade de definir heranças e grupos subordinados de pesquisa; não temos quaisquer dúvidas que, no momento de enchimento do exemplar com comparticipações de trabalhos mais recentes, veremos construírem-se núcleos de pesquisa em forma de "sub-rotinas" destes programas iniciais.

Neste exemplo aqui apresentado, é possível destacar duas ordens de relações ao nível da estruturação do grupo; para que melhor se possa ilustrar a estrutura de citações, construímos um modelo visual muito simples e que destaca o número de citações comuns entre estes autores (fig. 7)[6].

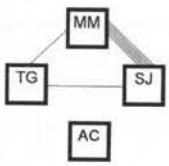

Fig. 7 – Modelo das relações entre os quatro autores. MM (Manuela Martins); SJ (Susana Jorge); TG (Teresa Gamito); AC (Armando Coelho).

A "estrutura de citação" revela finalmente as linhas de força que a constituem; quando passamos a considerar as obras da arqueologia portuguesa não na

[6] A aumentar a complexidade das relações da "estrutura de citação" (quer pelo aumento de autores citadores, quer pelo aumento de autores citados), tornar-se-á quase impossível representá-las graficamente. A estrutura será então tratada exclusivamente ao nível algébrico.

sua exposição monográfica mas antes na relação que elas mantêm umas com as outras é que conseguimos definir a extensão da partilha de exemplares e a configuração de verdadeiros paradigmas. No caso presente torna-se evidente que Armando Coelho, ao não ter qualquer relação bibliográfica com os outros autores, se posiciona exteriormente à definição de um exemplar partilhado; por seu lado, Teresa Gamito, se tem uma citação comum com Manuela Martins e Susana Jorge, fá-lo ao nível geral da obra de Ian Hodder e Clive Orton (*Spatial analysis in archaeology* é o verdadeiro "manual" de arqueologia espacial), reflectindo talvez a origem academicamente distante da sua obra; por fim, as duas autoras já referidas, Susana Jorge e Manuela Martins, fazem destacar uma linha de força maior na estrutura de citação que não se esgota em obras de índole geral – quer pela quantidade de citações comuns, quer pela natureza dos trabalhos dos autores citados, torna-se particularmente evidente que partilham a mesma literatura técnica, escolheram o mesmo procedimento metodológico, e, pelo menos no âmbito da arqueologia espacial, encontram-se num programa teórico de investigação comum, num paradigma.

Este é o tipo de heurística a que se propõe o modelo que neste artigo apresentamos.

Bibliografia

COELHO, A. F. da S. (1986) – *A cultura castreja do Noroeste de Portugal.* Paços de Ferreira: Câmara Municipal.

GAMITO, T. J. (1986) – *Social complexity in Southwest Iberia.* Cambridge: Darwin College. Policopiado.

HARRIS, E. C. (1991) – *Princípios de estratigrafia arqueológica.* Barcelona: Crítica.

JORGE, S. O. (1986) – *Povoados da Pré-História recente da região de Chaves – V. P. de Aguiar.* Porto: Faculdade de Letras. Policopiado.

MARTINS, M. M. (1987) – *O povoamento proto-histórico e a Romanização da bacia do curso médio do Cávado.* Braga: Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho. Policopiado.

PIMENTA, J. R. (1996) – *Geografia e Arqueologia, uma epistemologia comparada.* Porto: Figueirinhas

PIMENTA, J. R. (1997) – Exemplar: o paradigma esquecido de Thomas Kuhn. In *Arqueologia. Uma introdução pós-crítica.* Porto: Figueirinhas. p. 19-27.